

A criação da primeira faculdade do alto sertão paraibano

Kássia Rejane Pereira de Sousa¹ 

Universidade Federal da Paraíba, Cajazeiras, PB, Brasil

Resumo

O presente artigo visa expor o processo pelo qual o Ensino Superior, até então restrito às capitais e grandes centros urbanos, no Estado da Paraíba, adentrou o interior até a região do Alto Sertão, a exemplo da FAFIC - Faculdade de Ciências e Letras de Cajazeiras, com reflexo dos eventos que aconteciam no contexto nacional, com o objetivo de contribuir com a construção da memória educacional do Sertão paraibano na busca pela formação superior em uma região esquecida pelas políticas nacionais.

Palavras-chave: História. Ensino Superior. Reforma Universitária.

The creation of the first college in the upper backlands of Paraíba

Abstract

This article aims to expose the process by which Higher Education, until then restricted to capitals and large urban centers, in the state of Paraíba, entered the interior to the region of Alto Sertão, like the FAFIC - Faculdade de Ciências e Letras de Cajazeiras, reflecting the events that took place in the national context, with the objective of contributing to the construction of the educational memory of the Sertão of Paraíba in the search for higher education in a region forgotten by national policies.

Keywords: History. University education. University Reform.

1 Introdução

No intuito de traçar cuidadosamente o caminho percorrido para a fundação da primeira faculdade de Cajazeiras-PB, foi iniciada a presente pesquisa que visava investigar as relações de poder no processo de criação do ensino superior na cidade, ocorrido entre os anos de 1965 e 1970, resultando na monografia intitulada “As relações de poder no processo de criação do Ensino Superior na cidade de Cajazeiras – PB, nos anos de 1970”, apresentada por ocasião da conclusão do curso de Especialização em História do Semiárido Nordestino, pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, no ano de 2011. Hoje, esta pesquisa encontra-se inserida no Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR-GT/PB, na Linha “História Intelectual e dos Intelectuais,

(Auto)Biografias e Estudos de Gênero”, tendo sua continuação sob orientação do professor Charliton José dos Santos Machado, no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Com o objetivo de reconstruir uma história local, que poucos, até então, ousaram aprofundar-se e ir além da história oficial contada, buscamos contribuir com construção da memória educacional da cidade e do estado, com o reflexo dos eventos que aconteciam no contexto nacional, sobretudo a partir da Reforma Universitária de 68, analisando os fatores e circunstâncias que possibilitaram a implantação do Ensino Superior, as relações presentes neste processo como influências, amizades e alianças políticas, e que permitiram a interiorização da educação superior no estado paraibano. Entretanto, é importante compreender que é improvável que alguém consiga um dia apresentar uma história completamente verdadeira e acabada acerca de qualquer coisa, mas apenas uma versão narrativa, que coloca em dúvida o que se tem presentemente como verdade histórica e que, posteriormente, pode vir a ser novamente questionada.

Assim, tomando a História Cultural por referência, dialogamos com Pesavento, quando esta afirma que é possível que uma narrativa relate acontecimentos reais, no entanto, estes acontecimentos podem ser objetos de múltiplas versões da história, sendo a verdade como um horizonte a se alcançar, sem, no entanto, constituir uma verdade definitiva, estabelecendo “regimes de verdade, e não certezas absolutas”. Com o objetivo de se chegar a algo verídico sobre o passado, o discurso histórico, opera mais pela aproximação do que pela veracidade, produzindo “um efeito de verdade: é uma narrativa que se propõe como verídica e mesmo se substitui ao passado, tomando o seu lugar. Nesse aspecto, o discurso histórico chega a atingir um efeito de real” (PESAVENTO, 2007).

Assim não apresentamos apenas uma história tida por certa, acabada e inquestionável, mas possíveis caminhos que busquem explicações aceitáveis acerca do passado, a partir de um ponto de vista particular, passível de outras interpretações, substituindo, conforme Burke, a tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema, que busca compreender as relações de

Comentado [VA1]: Desenvolva o contexto com referencial teórico.

poder entre os sujeitos como o caminho encontrado para que o projeto de interiorização do ensino superior na Paraíba desse certo.

2 Metodologia

Trata-se de uma **pesquisa documental** realizada em duas etapas: a primeira, o levantamento e organização das fontes e a segunda, a análise documental, seguindo as orientações metodológicas apontadas por Cellard (2008) sobre a avaliação prévia dos documentos, considerando a análise do contexto, o(s) autor(es), a autenticidade e a confiabilidade da fonte, a natureza e os conceitos-chave e a lógica interna do documento em questão. May (2004) afirma que os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido. Deste modo, os documentos por si só não produzem conhecimento, sendo papel do investigador interpretá-los, sintetizar as informações neles contidas, encontrar os indícios necessários para responder às suas perguntas e enfim, propor-se a produzir um conhecimento.

Assim, empreendemos uma análise dos documentos oficiais encontrados no acervo documental da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras - FAFIC, tais como atas, pareceres, relatórios, publicações do DOU, revistas de circulação municipal, da legislação vigente no período em questão e das leituras que nos auxiliaram no trajeto para a apresentação dos resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa, ancorados nas possibilidades de investigação que se abrem a partir da Nova História, possibilitando a construção de uma versão histórica acerca da implantação do ensino superior no Alto Sertão paraibano, como um processo educacional inédito à região, que apenas se tornou possível através da atuação dos sujeitos e suas relações.

3 Resultados e Discussões

Comentado [VA2]: Falta a referência desse tipo de pesquisa.

A cidade de Cajazeiras já adquirira significativa importância para a região sertaneja nordestina, quando, em 1843, foi reconhecido pelo governo provincial o Colégio Padre Rolim, fundado desde 1829. A Paraíba, no século XIX, possuía dois colégios: o Liceu Paraibano, fundado no ano de 1837, na capital João Pessoa, e o Colégio do Padre Rolim, em Cajazeiras. No entanto, o Colégio do Padre Rolim fechou antes mesmo de sua morte e novamente, Cajazeiras padeceu com a carência educacional e com o analfabetismo (LEITÃO, 1991). Depois de algumas tentativas de se reabrir o colégio, porém sem êxito, apenas no ano de 1915, quando tomou posse o primeiro bispo diocesano de Cajazeiras, Dom Moisés Sizenando Coelho (1915 – 1932), este intento foi alcançado.

Duas semanas depois da posse do referido bispo, no dia 14 de julho de 1915, D. Moisés reabriu o chamado Colégio Pe. Rolim, como uma escola normal para homens e mulheres no intuito de preparar professores primários para a região de Cajazeiras. Neste período, os índices de analfabetismo na cidade eram grandes e os que quisessem ter acesso à educação precisavam ir até as capitais, visto que, o ensino na cidade era restrito e precário devido, dentre outras coisas, a ausência de professores qualificados. Após a reabertura do Colégio Pe. Rolim começou a surgir em Cajazeiras um número cada vez maior de escolas de ensino primário e secundário, públicas e privadas. Iniciava-se a expansão do setor educacional. No entanto, ainda havia um grande problema a ser resolvido: onde encontrar professores habilitados para lecionar nas escolas e cursos existentes na cidade?

No dia 27 de julho de 1953, tomou posse o quinto bispo diocesano de Cajazeiras, Dom Zacarias Rolim de Moura, com dois objetivos específicos para seu episcopado: o primeiro de criar uma escola radiofônica para a implantação da educação de base, projeto que foi impedido de ser levado adiante devido o golpe de 64. No entanto, ainda havia o segundo objetivo a ser realizado, o de fundar uma faculdade de educação para preparar professores (MOURA, 2021).

Animado pelas palavras da Santa Sé por meio do Concílio Vaticano II que incentivava a atuação da Igreja na promoção da educação (Gravissimum Educationis, 1965) e com as condições geradas para a expansão do ensino superior privado no país através da Reforma Universitária, Dom Zacarias levou a cabo o seu

desejo de criar uma faculdade em Cajazeiras. Não havia faculdade no Alto sertão paraibano, de modo que, quem desejasse cursar o ensino superior, precisava deslocar-se às capitais ou grandes centros urbanos, condição que a grande maioria da população sertaneja não possuía, ficando o acesso ao ensino superior restrito a uma pequena parcela da população que detinha as condições socioeconômicas necessárias para tal.

No cenário nacional, os anos 60 foram marcados por um intenso movimento que objetivava a reforma do sistema universitário brasileiro visando transformá-lo em um lugar de produção de conhecimento científico. O “novo” ensino superior privado surgiu a partir de uma gama de fatores complexos, entre eles, as modificações ocorridas no campo político nacional em 1964 e o impacto ocasionado por elas na formulação da política nacional. Com a instauração do regime militar, as medidas repressivas utilizadas pelo governo e a vigilância constante utilizada como forma de identificar os subversivos no meio acadêmico, se combinaram com as propostas de modernização e de expansão do ensino superior (HORTA, 1994).

O golpe militar abortou todas as iniciativas de se revolucionar a educação brasileira sob o pretexto de que as propostas eram “comunizantes” e subversivas, e as universidades passaram a ser objetos de uma interferência do governo federal que reorganizou a educação no país como um instrumento ideológico do Estado, transformando o espaço acadêmico em um meio eficaz de controle do Estado sobre a sociedade. A educação, em especial a superior, passou a ser vista como meio de subversão e perigo constante para o novo regime instaurado. Deste modo, a reforma estabelecia limites aos subversivos, a partir da promulgação de decretos que regulamentavam a vida acadêmica mediante o crescimento do número de universidades, e a aplicação das penas previstas por eles aos “infratores” num controle social mais amplo (SOUSA, 2011).

Nesse período, o controle ideológico ficou bastante evidente. A partir da Reforma Universitária de 1968, os militares proporcionaram a expansão do Ensino Superior no País. Ao passo que universidades e cursos eram fechados, a exemplo da Universidade Regional do Nordeste, em Campina Grande, da Universidade Federal do Piauí, do Curso de Filosofia da Universidade de São Paulo, dentre muitas

6

outras (SDH/PRA, 2009), estudantes presos e professores demitidos, o aparato repressivo e a censura se consolidavam. Por outro lado, um grande número de faculdades e cursos eram autorizados por todo território nacional promovendo a expansão do ensino superior privado. Entretanto, estas novas faculdades deveriam se enquadrar aos ideais militares, de modo que, pela formação acadêmica e disciplinar do comportamento, garantissem ao Governo corpos e mentes dóceis, úteis e que não representassem ameaças comunistas e subversivas. Estas faculdades, adequadas ao modelo nacional, eram a garantia de vigilância e controle por parte do Estado sobre a sociedade (SOUSA, 2011).

Desta forma, os instrumentos de poder e dominação eram legalizados e se aplicavam a todos os setores da sociedade, fazendo com que, entre outras coisas, as escolas e faculdades se tornassem espaços onde os indivíduos fossem constantemente vigiados e estivessem sujeitos à aplicação da lei. Segundo Foucault (1987), a formação do poder se dá como “produção de toda uma hierarquia que se realiza a partir da troca entre saberes disciplinares nas mais diversas instituições, sejam elas propriamente repressivas (tal qual a prisão e as forças armadas); econômica (como as fábricas) ou até pedagógicas (como as escolas)”.

Neste aspecto, a universidade, sob o controle militar, se tornou efetivamente o meio no qual se exercia o poder do Estado sobre a formação intelectual da sociedade, bem como instrumento de repressão a quem insistisse em pensar ou agir fora dos parâmetros estabelecidos. Assim como todos os dispositivos de exercício do poder, a reforma universitária e a submissão do meio acadêmico ao Regime, tencionava tornar o indivíduo dócil e disciplinado. O corpo parecia ter sido mais uma vez descoberto como objeto de poder, que podia ser manipulado, modelado, treinado, que respondia e obedecia (SOUSA, 2011).

E é neste âmbito, regido e moldado por estas relações de poder, que a Reforma Universitária dá marcha à criação e abertura de diversas faculdades por todo o país fazendo com que o ensino superior privado se expandisse rapidamente, inclusive nas regiões mais distantes. Com as portas abertas pela Reforma, foram geradas as condições favoráveis para a expansão das faculdades no Brasil e, conseqüentemente, ampliava-se também os espaços de controle e correção dos

indivíduos, em especial acadêmicos e profissionais da educação superior, que representavam a massa intelectualizada da população, no qual se encontrava o maior risco de subversão, efetivados pelo poder institucionalizado.

Dom Zacarias era reconhecido por sua posição conservadora e contrária a ideia da revolução comunista (MOURA, 2021), por esta razão, concebeu a Fundação (FESC) e a Faculdade cuidadosamente enquadrada na Legislação vigente conforme as políticas educacionais dos militares, como um espaço seguro para a formação de professores, longe da ameaça do pensamento comunista, afirmando o aparato ideológico do Estado. Neste contexto, no dia 19 de março de 1965 foi criada a Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras - FESC; e, no dia 18 de fevereiro de 1966, o professor Afonso Pereira¹ a pedido de Dom Zacarias, formalizou seu estatuto de maneira que estivesse cuidadosamente alinhado ao Regime.

Após a instituição da FESC, foi criada, logo em seguida, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras - FAFIC, a primeira faculdade de Cajazeiras. No entanto, mesmo depois de criada, a faculdade não funcionava. Dois diretores haviam sido nomeados pelo Bispo, entretanto, não conseguiram ir além das portarias de nomeação. No carnaval de 1968, estudantes desfilaram pelas ruas da cidade com um caixão onde se lia: “Aqui jaz, a Faculdade de Cajazeiras”. Era o enterro simbólico da então criada FAFIC, pois muitos não acreditavam que seria possível Cajazeiras criar de fato uma Faculdade². Mesmo com a oposição de parte da elite cajazeirense, e depois de muitas dificuldades, Padre Luiz Gualberto de Andrade foi o terceiro diretor nomeado pelo Bispo, e dele recebeu “carta branca” para levar adiante o funcionamento da faculdade que ainda não havia saído do papel.

A Faculdade contou com pouco apoio econômico por parte das autoridades e elites locais, visto que, estas deram essencialmente “apoio moral”, tendo o pe. Luiz Gualberto que buscar apoio financeiro dos Governos Estadual e Federal por conta

¹ Afonso Pereira foi professor, jornalista, escritor, parlamentar, administrador, dentre outras funções que exerceu na vida pública e contribuiu para a expansão da educação na Paraíba (SABINO, 2021). Foi o responsável por formalizar o primeiro estatuto da FESC.

² Fala do Prof. Francisco das Chagas Amaro, ex-aluno e ex-professor da FAFIC, em palestra conferida por ocasião dos 40 Anos da Instituição. Cajazeiras/PB em 27/10/2010.

própria, valendo-se de suas amizades com importantes políticos da época. Muitas foram as dificuldades enfrentadas, principalmente quanto o sustento financeiro e à composição do Corpo Docente, da Biblioteca e dos Laboratórios. A iniciativa da Igreja em tomar a frente na fundação da IES, teria se dado pela missão de prestar serviços sociais à comunidade, e pela falta de interesse e ação das autoridades governamentais e da elite local, desse modo foi acordado que, quando o governo se propusesse a assumir o ensino superior da cidade, a Faculdade seria entregue a ele, como de fato veio acontecer posteriormente, no ano de 1980, quando a faculdade foi incorporada à UFPB através da política de federalização do Prof. José Lynaldo Cavalcante, então reitor e amigo pessoal do pe. Luiz Gualberto, tendo sido todo o patrimônio da FAFIC, junto com o corpo discente, docente e técnico administrativo, incorporados à UFPB para a criação do Campus V e o Centro de Formação de Professores na cidade.

Finalmente, no ano de 1970, foi realizado o primeiro vestibular e a Faculdade enfim funcionava. A FAFIC, estabelecimento isolado de Ensino Superior, com organização pluricurricular, teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal nº 66.472, de 22 de abril de 1970 (BRASIL, 1970).

A FESC, por meio da FAFIC, implantou seis cursos superiores: Licenciatura de 1º Grau em Estudos Sociais e Ciências, Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em Português e Inglês, Licenciatura Plena em Filosofia, e as Licenciaturas Plenas em Geografia e História, além de Cursos de Especialização em Línguas Portuguesa e Inglesa, Linguística, História do Brasil, História Contemporânea, História Medieval, História Antiga e Sociologia, mediante convênio com o MEC/DAU – Ministério da Educação e Cultura/Departamento de Assuntos Universitários, em regime de internato para professores de Estabelecimento de Ensino Superior Isolados, sediado no interior dos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Para alcançar a realização e sucesso de alto sonho, Pe. Gualberto contou com o apoio irrestrito de figuras ilustres da sociedade, dentre eles, o deputado federal Wilson Leite Braga, graças à amizade existente entre os dois desde a juventude. Além do deputado Wilson Braga, contou também com o apoio do

deputado estadual Edme Tavares e de José Lynaldo Cavalcante. Assim, pelas amizades e influências de Pe. Gualberto e por sua firme decisão de levar à frente o projeto de uma faculdade no interior da Paraíba, Cajazeiras viu enfim o florescer do ensino superior para toda região do Alto Piranhas.

Mesmo diante de tantas dificuldades, oposições e descrenças, a Faculdade começou a funcionar, contando ainda com o apoio do Governo do Estado, na figura do governador João Agripino, do Senador Ruy Carneiro, entre outras personalidades da época, junto aos quais o Pe. Gualberto passou a gozar de grande respeito e prestígio. A FAFIC foi fundada pela Lei Municipal nº 503/70, de 17 de janeiro de 1970 (CAJAZEIRAS, 1970), autorizada a funcionar pela Resolução nº 04/70, do Conselho Estadual de Educação da Paraíba, de 19 de janeiro de 1970, (PARAÍBA, 1970) que se tornou efetiva pelo Decreto do Poder Executivo Federal nº 66.472, de 22 de abril de 1970 (BRASIL, 1970), e tinha como mantenedora a Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras - FESC, pessoa jurídica de direito privada, instituída pela Diocese de Cajazeiras em 19 de março de 1965.

Em agosto de 1969, teve início as aulas do curso pré-vestibular, preparando todos aqueles que iriam realizar o vestibular no ano seguinte. No início de 1970, enfim, foi realizado o primeiro vestibular para os cursos implantados. A Faculdade iniciou suas atividades com 123 alunos e até o ano de 1980, conferiu Diploma a 1354 licenciados em seus cursos para a população sertaneja, não somente da Paraíba, mas também dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e principalmente, do Ceará.

4 Considerações finais

Compreendemos assim, a instauração do ensino superior na cidade de Cajazeiras como um reflexo das transformações que vinham acontecendo no Brasil e que, paulatinamente, chegava às regiões mais distantes do país, bem como que este foi resultado de um longo processo que implicou na descentralização dos serviços educacionais quase que exclusivos dos grandes centros urbanos, os quais

Comentado [VA3]: Precisa inserir nas referências assim como as demais leis.

monopolizavam a formação universitária, tornando este acessível às camadas mais pobres da população.

Referências

ALBUQUERQUE, José Antônio. Cajazeiras: 20 anos de ensino superior. **Jornal de Cajazeiras**, Cajazeiras, 22 de agosto de 1989. p. 06 e 07.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro De 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Congresso Nacional**, 1968.

BRASIL. Decreto Federal nº 66.472, de 22 de abril de 1970. Autoriza funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, no Estado da Paraíba. **Diário Oficial da União**: Seção 1. 23/04/1970. p. 2970.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.191p.

CAJAZEIRAS. Lei Municipal nº 503/70, de 17 de janeiro de 1970. Cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras. **Prefeitura Municipal de Cajazeiras, Divisão de Administração**, 1970.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008. p.295-316.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 27.ed. Petrópolis: Vozes. 1987. 348 p.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). 2ª.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. 295 p.

LEITÃO, Deusdedit. **O educador dos sertões**: Vida e obra do Padre Inácio de Sousa Rolim: Teresina-Piauí: Gráfica do Estado do Piauí Impressora e Editora Ltda, 1991. 97p.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processo. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 285p.

MOURA, Helder Ferreira de. **Dom Zacarias Rolim de Moura: Fé e Espiritualidade, Educação e Cultura**. 1ª ed. Cajazeiras: Arribaçã, 2021. 387p.

PARAÍBA. Resolução nº 04/70, de 19 de janeiro de 1970. Concede autorização para o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras.

Secretaria de Educação e Cultura, Conselho Estadual de Educação da Paraíba, 1970.

ORLANDO, Evelyn de Almeida; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A Igreja Católica e a Educação Brasileira: Álvaro Negromonte e o Discurso de Moralização da Nação. **Scientia Plena**, vol. 3, n. 5, p. 1-6, 2007. Disponível em: <https://www.scienciaplena.org.br/sp/article/view/1203/619>. Acesso em: 30 set. 2022.

ORSO, Paulino José. **A concepção de poder em Michel Foucault e as relações de poder na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE**. Campinas: UNICAMP, 1996. Disponível em https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/revista/revis/revis12/rdt5_12.htm. Acesso em: 30 set. 2022.

PAULO VI. Carta Encíclica **Gravíssimum Educationis**. Roma, 28 de outubro de 1965.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & história cultural**. 3ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 136p.

SABINO, Raquel do Nascimento. **O Professor Afonso Pereira da Silva e a Expansão da Educação na Paraíba (1954-1974)**. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 30/09/2021. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/22369/1/RaquelDoNascimentoSabinoTese.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

SOARES, Maria Susana Arrosa (org.). **A Educação Superior no Brasil**. Porto Alegre: Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – Unesco - Caracas, 2002.

SOUSA, Francisco das Chagas de Lóiola. **Relatório final do projeto de pesquisa O magistério superior na interface público/privado: Cajazeiras - PB (1965-1985)**. Cajazeiras: UAE/CFP/UFCG, 2010.

SOUSA, Kássia Rejane Pereira de. **As relações de poder no processo de criação do Ensino Superior na cidade de Cajazeiras – PB, nos anos de 1970**. Monografia. Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Cajazeiras. 2011.

ⁱ Kássia Rejane Pereira de Sousa, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0538-2015>
Universidade Federal da Paraíba; Centro de Educação; Programa de Pós-Graduação em Educação)

Graduada em Licenciatura Plena em História e Especialista em História do Semiárido Nordeste pela UFCG, Mestranda em Educação pela UFPB, colaboradora da Faculdade Católica da Paraíba.

Contribuição de autoria: o artigo foi escrito pela autora como resultado da pesquisa realizada durante a Especialização em História do Semiárido Nordeste e que continua no curso do Mestrado em Educação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4402650351488433>

E-mail: kassia.siloe@gmail.com

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

SOUSA, Kássia Rejane Pereira de. A criação da primeira faculdade do alto sertão paraibano. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2022.